

GARRA

Receba nossos informativos online. Cadastre seu e-mail no site www.sindsep-pe.com.br

Crise política trava a economia e para o país

▶ páginas 6 e 7

Uma Constituição golpeada

▶ páginas 8 a 13



Servidores fazem ato contra PL que prevê suspensão de reajuste

▶ página 3



Pernambucanos vão às ruas lutar pela democracia

▶ páginas 14 a 16

Sindsep-PE conclui curso de geopolítica e relações internacionais

▶ página 5

A volta do ultra neoliberalismo

O Brasil engata a marcha à ré, alcançando uma alta velocidade capaz de atropelar e ferir de morte conquistas alcançadas nos últimos anos, nunca antes vistas nesse país. A guinada para o retrocesso começou com a posse dos atuais deputados federais, em fevereiro de 2015. Considerado o pior dos últimos 50 anos, foi esse Congresso que desengavetou as pautas mais retrógradas, que retira direitos da classe trabalhadora, das mulheres, negros, homossexuais.

Esse retrocesso iniciado pelo Congresso ganha ainda mais força com a chegada do PMDB ao poder, ao lado de outras forças retrógradas como PSDB e os fundamentalistas religiosos, banca da bala, colocando em risco avanços sociais e aponta para a volta do neoliberalismo. Aliás, o ultra neoliberalismo, se é que podemos assim chamar. O que está ruim vai piorar muito no governo ilegítimo de Michel Temer. Para o serviço público e para os servidores federais, então, a investida será pesada.

Antes mesmo de assumir, Michel Temer já mostrou a que veio. Escolheu nomes abominá-

“O que está por vir representa um retrocesso sem precedentes. Os trabalhadores devem intensificar a mobilização”

veis para seu ministério, como os deputados federais pernambucanos Mendonça Filho (DEM), Raul Jugmann (PPS) e Bruno Araújo (PSDB), nomeados, respectivamente, ministros da Educação, da Defesa e das Cidades. Ambos aparecem na lista da Odebrecht (ver pag. 10), divulgada em março último. E mais: eram eles os que ocupavam a tribuna da Câmara para “denunciar” o aparelhamento do Estado pelo que eles chama-

vam de “petralhas”. Não tem moral agora para se apossar da estrutura estatal.

Quando ao funcionalismo e ao serviço público, pode-se esperar o pior. Já existe um programa de privatização e de demissão voluntária em curso. O ajuste fiscal vai cortar recursos da educação e da saúde, entregar a exploração do pré-sal a empresas estrangeiras e mexer na aposentadoria. O projeto de terceirização sem limite será implantado e a classe trabalhadora, mas uma vez, corre o risco de ter seus direitos usurpados. Se o serviço público já se encontra numa situação delicada, vai ficar mais difícil com o fim de concurso público.

Como vimos, não dá para esperar dias melhores. O que está por vir representa um retrocesso sem precedentes. A classe trabalhadora, e aí incluo os servidores públicos, precisam voltar a se mobilizar para reagir a tudo isso. Só com luta e resistência esse quadro pode mudar. Depende de cada um de nós.

Graça Oliveira
Coordenadora geral do Sindsep-PE

CHARGE SAMUCA



ÚLTIMAS

Encontros setoriais em Brasília

Durante todo o mês de maio, a Condsef está realizando, em Brasília, vários encontros setoriais para discutir demandas específicas dos servidores de órgãos distintos. Entre esses setores estão Agricultura, Inara, Ciência e Tecnologia, aposentados e SPU. Em junho estão previstos encontros dos servidores do Meio Ambiente, Funai, Órgãos Militares, Conab e anistiados. O Sindsep-PE conta com delegados em todas as atividades, eleitos em assembleias nos respectivos órgãos.

Servidores protestam contra PLP 257, que suspende reajuste

Os servidores públicos de todo o país foram às ruas, no dia 14 de abril, protestar contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/16. A matéria é uma espécie de “reforma fiscal” e estabelece alguns dispositivos para não infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre esses mecanismos, suspensão do reajuste dos servidores, de concursos públicos e reestruturação de carreiras. Em Recife, o ato foi realizado na praça do Diário.

Os sindicalistas fizeram uso do carro de som e o que não falou foram críticas ao governo. “Nosso compromisso é com a categoria. Não podemos nos omitir diante de um projeto desses que fere frontalmente os servidores. Se ele passar pode ser o fim do concurso público, arrocho salarial e desmonte do serviço público”, salienta a diretora do Sindsep, Lindinere Ferreira.

O ato público no centro do Recife contou com a participação de vários sindicatos. A base do Sindsep foi representada por servidores ativos e aposentados de vários órgãos. “Esse PLP é um atraso do governo e num momento inoportuno, para prejudicar os trabalhadores e agrandar o mercado. O governo deve sim retomar seu projeto inicial”, pontua o diretor do Sindsep-PE, Ramilson Matos. A coordenadora geral do sindicato, Graça Oliveira, segue a mesma linha: “O projeto vai na contramão dos avanços implantados pelo governo nos últimos anos. Penaliza políticas públicas que já são precárias”.

No final da manifestação teve apresentação da TV Sindical. O grupo fez uma crítica ao descalço do governo com os servidores e que por muitas vezes a categoria é preterida em relação ao mercado.

VITÓRIA

A pressão dos trabalhadores surtiu efeito e o governo cedeu, prometendo retirar do PLP 257 pontos prejudiciais aos trabalhadores. “Isso só reforça nossa autonomia sindical, dizendo que não aceitamos nenhum projeto que retire direitos dos servidores públicos. Ficamos agora no aguardo das modificações a serem aprovadas na reunião com as centrais sindicais”, reforça a diretora do Sindsep-PE, Lindinere Ferreira. Essa decisão, todavia, se deu antes da presidenta Dilma Rousseff ser afastada do cargo. Não se sabe se a decisão será mantida pelo governo Temer.



TEATRO A TV sindical fez uma apresentação criticando o Projeto de Lei 257

Força tarefa no Congresso pela aprovação do reajuste

De 9 a 13 de maio, os servidores federais realizaram uma força tarefa no Congresso Nacional para pressionar os parlamentares a agilizarem o andamento dos PLs de reajuste, bem como lutar pela retirada do PL 257/16, a chamada “reforma fiscal”, e a PEC 139, o fim do fator previdenciário. A força tarefa foi realizada pela Condsef e outras entidades que compõem o fórum nacional da categoria, o Fonasef.

Nesses cinco dias de visita ao Congresso, os servidores entregaram uma carta aos parlamentares com exposição de motivos. O documento explica que os PLs 4250, 4251, 4252, 4253, 4254 e 4255/2015 precisam de aprovação urgente e até o final desta edição ainda não tinha sido designado relator para eles. As matérias representam os acordos firmados entre o governo e a categoria, no ano passado.

Os PLs de reajuste garantem percentuais de 10,8%, escalonados em dois anos, mais precisamente no mês de agosto deste ano e em janeiro de 2017. Na carta aos parlamen-

tares, os servidores frisaram que o percentual fica, por sinal, abaixo da inflação do período. Além disso, os projetos de lei trazem mudanças nas regras da média da gratificação para fins de aposentadoria.

A categoria também luta por alterações no PL 257. O projeto legisla sobre a renegociação da dívida dos estados e estabelece contrapartidas como congelamento salarial do funcionalismo, corte de até 30% de DASs, restrição a novos concursos e contratações, bem como o aumento da contribuição previdenciária dos trabalhadores. Já existe uma negociação entre o Fonasef e o governo nessa linha, mas os servidores querem oficializar esse acordo.

Outro item reivindicado nessa força tarefa foi a retirada da PEC 139. A matéria, enviado ao Congresso no final do ano passado, revoga o parágrafo 19 do artigo 40 da Constituição, o parágrafo 5º do artigo 2º e o parágrafo 1º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003. Ou seja, acaba com o abono de permanência. ◀

ATENÇÃO



EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral
Maria das Graças de Oliveira
Secretaria Geral
José Carlos de Oliveira
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Isac dos Santos Neto,
Sérgio da Silva Goiana
e Valdemar Joaquim de Santana

Jornalista Responsável e Edição
Fabiola Mendonça
Texto
Fabiola Mendonça (DRT-2506),
Deyse Lemos (DRT-3909),
Alexandre Yuri (DRT-2942)
Revisão Mª de Lourdes
Souto Maior Araujo

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação
Ilustrações Samuca
Projeto gráfico, capa e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão CCS
Fone: 3458.0000
Tiragem 12.000 exemplares

Trabalhadores da Ebserh na luta pelo ACT 2016/2017

Para pressionar a direção da Ebserh a dar uma resposta à pauta de reivindicações do Acordo Coletivo 2016/2017, os trabalhadores da empresa pública realizaram uma mobilização com café da manhã (foto abaixo), no dia 10 de maio, em apoio à paralisação de 48 horas determinada na mesa nacional de negociação e realizada em 16 estados.

A minuta do ACT foi entregue desde fevereiro, mas passado três meses, a direção da Ebserh ainda não tinha apresentado uma proposta aos trabalhadores da empresa. A mobilização também foi motivada pelo descumprimento de algumas cláusulas do acordo coletivo passado.

DUPLO VÍNCULO

O Sindsep-PE aguarda resposta de uma ação com pedido de liminar contra o boletim de serviço nº 137/2016 da Ebserh, que limita a acumulação de cargos públicos em 60 horas semanais. Alguns trabalhadores já estão sendo noticiados a decidir se reduzem ou cancelam um dos vínculos.

Se conseguir a liminar, as notificações relativas ao boletim de serviço nº 137 devem ser suspensas. Em Recife, a assembleia que decidiu sobre o ingresso na ação ocorreu no dia 20 de abril e contou com a participação de mais de cem pessoas. Em Petrolina, no Hospital Universitária da Univasf, a assembleia foi no dia 19 e também contou com um número expressivo de pessoas.

O Sindsep deu entrada no pedido de liminar tanto para os servidores do Recife quanto de Petrolina. No Recife, o número do processo é 0803359-16.2016.4.05.8300 e se encontra na 2ª vara federal. Em Petrolina, a ação está na 8ª vara federal e o número do processo é 0800290-49.2016.4.05.8308.



ACAMPAMENTO Roda de diálogo, no Derby, para discutir desmonte da Conab

Na Conab, protesto contra desmonte do órgão

Os empregados da Conab estão apreensivos contra a proposta de desmonte da companhia, anunciada pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu. Em entrevistas concedidas à imprensa, ela fala em vender armazéns, estoques e promover uma grande reforma administrativa. Essas mudanças podem trazer prejuízos, não só para o corpo funcional, mas à sociedade como um todo.

“Como pode ser um órgão de armazenamento sem armazéns? Vamos nos transformar numa agência de inteligência a serviço do agronegócio”, criticou o trabalhador da Conab, Valdir Ferreira. “Se a ideia é reduzir, é possível que se demita. Já sofremos bastante com o sucateamento promovido pelo governo Collor”, lembra Sérgio Viana, diretor do Sindsep.

A Conab tem como missão contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural: se o agronegócio sobe os preços, o órgão libera estoque armazenado, evitando valores altos. Do contrário, se o agronegócio baixar os preços de forma exorbitante, a Conab compra a produção da agricultura familiar a preço justo, evitando prejuízos.

Além disso, a companhia participa da formulação e execução das políticas públicas e de abastecimento, promovendo assistência social por meio da agricultura familiar. A empresa é reconhecida internacionalmente pelo trabalho desenvolvido, sendo visitada por delegações de diversos países que levam informações sobre as ações desenvolvidas por aqui.

Contra o desmonte da Conab, os trabalhadores do órgão realizaram uma roda de diálogo no dia 30 de abril, na Tenda dos Movimentos Sociais, no acampamento pela democracia e contra o golpe instalado na praça do Derby. Além do Sindsep-PE, a atividade contou com a presença de entidades como CUT, MST e Levante Popular da Juventude. A ideia foi expor à sociedade os danos que essas mudanças podem causar, bem como pedir apoio desses agrupamentos.

A diretora do MST em Pernambuco, Marinez Torres, já garantiu apoio do movimento aos trabalhadores da Conab. Para ela, existem mais interesses por trás do desmonte da Conab: “Vamos fazer de tudo para que isso não aconteça. Não queremos só atingir a Conab. Queremos atingir os movimentos sociais”. ◀

Curso aborda influência geopolítica no mundo

O Sindsep-PE realizou com sucesso mais um curso de formação política para seus associados. O curso de *Geopolítica e Relações Internacionais* contou com a coordenação do cientista político Michel Zaidan e aulas de diversos acadêmicos como Rosa Maria Nascimento (Unicap), Marco Mondaini (UFPE) e consulesa do EUA, Paloma Gonçalves.

O curso foi dado em 20 aulas e tratou de assuntos como o Tratado de Westfália, unilateralismo e multilateralismo, a primeira guerra mundial e a hegemonia norte-americana, a guerra fria e a bipolaridade mundial e a queda do muro de Berlim e a nova ordem mundial. Entre os assuntos também estavam a emergência do G-20 e os BRICS e a nova política externa brasileira: entre o pragmatismo e os princípios da paz, do multiculturalismo e da cooperação.

O curso foi um resgate de toda a história política do mundo, finalizando com uma aula da professora da Unicap e especialista em direito internacional, Rosa Maria Nascimento, sobre os refugiados, um dos maiores problemas que a humanidade vem enfrentando atualmente. “Aqui nos foi repassado um conteúdo muito rico sobre a política mundial. Tivemos grandes especialistas que trataram dos assuntos de forma clara”, comentou o professor Fábio Soares.

Na aula sobre o Tratado de Westfália, por



TEMAS Os professoras trouxeram conteúdos sobre a geopolítica mundial

exemplo, os alunos receberam a informação de que o documento, assinado no século 15, deu início a uma nova ordem internacional, cujas bases passaram a ser os Estados nacionais e seus interesses. Antes de Westfália as monarquias viviam em guerra. “Com o Tratado, cada Estado passou a ter a obrigação de reconhecer a soberania do outro. Com isso, teoricamente, um país ficou impedido de interferir na política de outro país. Mas não é isso que acontece na prática. Os estados mais fortes sempre tiveram a tendência de dominar os estados satélites”, comentou Michel Zaidan.

Já a aula sobre unilateralismo e multilateralismo tratou do poder hegemônico dos EUA, destacando que o país continua sendo a maior potência mundial, devido a seu acervo de armas bélicas e por determinar a economia internacional com o dólar continuando a ser o lastro econômico. O Sindsep dará continuidade a seus cursos de formação política. O próximo será sobre a história política de Pernambuco no século 20. Acompanhe as informações em nosso site e redes sociais. ◀

DESCENTRALIZAÇÃO

Sindsep leva atendimento jurídico ao interior

O Sindsep-PE deu início, no começo de maio, a uma série de assembleias pelos municípios do interior de Pernambuco para discutir a campanha salarial. Dentro da programação, também está acontecendo atendimento jurídico. Além de orientar e atualizar os servidores acerca das ações judiciais, os advogados fazem palestra sobre aposentadoria.

A primeira reunião aconteceu em Petrolina, no dia 9, seguida de Ouricuri (10), Salgueiro (11), Serra Talhada (12), Afogados da Ingazeira (13) e na Funasa Recife (18). A ideia é discutir as várias formas de se aposentar no serviço público.

“A decisão é do servidor, mas vamos tentar mostrar-lhes as possibilidades em que ele se enquadra para que possa decidir de forma mais consciente sobre sua aposentadoria”, explica a coordenadora geral do Sindsep-PE, Maria das Graças Oliveira (foto). Ainda para este mês estão previstos plantões jurídicos em Caruaru, dia 23, Arcoverde (24), Belo Jardim e Pesqueira (25) e Palmares (30). O Sindsep está agendando outras datas para levar o atendimento jurídico a outros municípios. Em breve esse calendário será divulgado. ◀



“O que predomina é a crise política. Ela trava a economia”

O BRASIL VIVE HOJE UMA CRISE ECONÔMICA AGRAVADA POR UMA CRISE POLÍTICA SEM PRECEDENTES. QUAL É A RELAÇÃO DESSAS DUAS CRISES? A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR É QUAL A RESPONSABILIDADE DA PRESIDENTA DILMA NISSO TUDO? SERÁ QUE O GOLPE ULTRAJADO DE IMPEACHMENT É A SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS ECONÔMICOS DO PAÍS? PARA RESPONDER A ESSAS PERGUNTAS O GARRA ENTREVISTOU UMA DAS MAIORES ECONOMISTAS DO PAÍS, A PERNAMBUCANA TÂNIA BACELAR. ACOMPANHE A SEGUIR.



GARRA - Dilma Rousseff está respondendo a um processo de impeachment e a população brasileira está dividida. Uma parcela acredita que a saída da presidenta da República vai tirar o Brasil da crise econômica. Tem fundamento isso?

TÂNIA BACELAR - Hoje o problema de Dilma é muito mais político do que falta de alternativas para enfrentar a situação econômica do país. Ela quis fazer um ajuste fiscal, mas não conseguiu. Ela mandava medidas que a base política (maior parte oposição) do ponto de vista conceitual até acham corretas, mas votavam contra para “sangrá-la”, como eles mesmos falavam.

GARRA - Esses ajustes que ela tentou fazer são corretos?

TÂNIA - É uma linha. Tem um problema sério no país hoje, que é a crise fiscal. Ela é verdadeira, ela existe, mas não é de hoje. Ela se arrasta desde a elevação das taxas de juros americanas no final da década de 1970. O Brasil vem com dificuldade desde o início dos anos 1980. Desde então o Estado brasileiro se tornou deficitário e de lá para cá a dívida pública só fez aumentar. O que aconteceu com Dilma? No início do seu primeiro mandato a dívida cresceu num ritmo mais acelerado. Já no governo Lula ela vinha decrescendo em relação ao PIB. A gente tem um grande problema no Brasil: os agentes econômicos têm uma relação muito grande com o Estado e o Estado está falido. Estando falido ele precisa financiar seu déficit e para isso paga uma taxa de juros exorbitante. Então isso é um problema estrutural do Brasil, nem Dilma nem Temer pode deixar de enfrentar esse problema.

GARRA - Por que a dívida cresceu mais com Dilma?

TÂNIA - Porque a gente faz uma relação com o PIB. Ela é medida em valor absoluto e em valor absoluto ela vem crescendo. Mais o principal indicador é a dívida comparada com o crescimento do país. Eu posso dever muito, mas, se eu ganho muito, essa dívida não é tão importante para mim. Agora, se eu devo muito e ganho pouco, aí a coisa complica. Então a relação da dívida versus PIB, que é o (índice) mais utilizado, cresceu no período Dilma porque a própria dívida cresceu. Para ela colocar recursos no BNDES, ela emite títulos e esses títulos ampliam a dívida. Para seguir o câmbio, o Banco Central faz as operações Swaps, essas operações implicam também no lançamento de título, aumenta a dívida. Então, ela aumentou porque algumas políticas do governo traziam implicitamente o aumento do valor da dívida. Mais ela aumentou porque o PIB caiu, porque a economia desacelerou.

GARRA - A desaceleração é uma particularidade do Brasil, ou outros países também desaceleraram?

TÂNIA - O mundo sofreu uma crise. Muitos países em 2008 e 2009 sofreram. O Brasil num primeiro momento se saiu bem. Na verdade, os países emergentes estão sofrendo mais agora, num desdobramento dessa crise. Hoje quem tem problema mais sério é a Rússia, o Brasil. A Europa e os Estados Unidos tiveram um impacto maior lá nos anos 2008 e 2009. A Europa já saiu do negativo, embora esteja crescendo muito pouco. Os Estados Unidos está crescendo 2,5% ao ano. No caso do Brasil complica lá fora por conta da situação da China, não pela situação mundial mas por uma decisão dela mesma de estar diminuindo o ritmo de crescimento. A China tem um peso muito grande para o Brasil porque ela é a segunda economia do mundo e tem relações comerciais muito intensas com o país. Outra situação importante para o Brasil estar com dificuldade foi a crise das commodities. O momento favorável que o Brasil viveu na década passada tem muita ligação com o momento favorável das commodities.

GARRA - Os países de primeiro mundo que foram pegos no primeiro momento da crise já estão se recuperando. Quais são as perspectivas dos emergentes saírem da crise?

TÂNIA - Cada um (país) tem seu problema. Veja, a Rússia é muito dependente do petróleo, bem mais que o Brasil. Nós temos outras atividades econômicas importantes também. Então eu diria que para a Rússia o preço do petróleo é uma variável muito importante. Para o Brasil eu diria que estratégico é essa dívida financeira do setor público e essa taxa de juros alta que a gente carrega há tantos anos. Porque essa taxa de juros alta tem dois impactos. Para o governo ela aumenta

as despesas dele com a dívida. No ano passado, a União gastou 43% de tudo que ela recebeu com a dívida e gastou 12% com pessoal, 18% com a Previdência. Mas o povo só está de olho no pessoal e na Previdência, quando 43% foram com a dívida. E no setor privado ela é boa e é ruim. É boa para quem aplica nos títulos porque aí ganha bem. E é ruim para quem vive produzindo. Mas é muito boa para quem está aplicando no Tesouro Direto, LCI, essa turma está gostando porque está muito bem remunerada. Parte desse pessoal também atua no setor produtivo. Para muitos empresários é mais vantajoso investir seu lucro do setor produtivo em LCI, no Tesouro Direto ou comprar um título de renda fixa, do que investir no próprio negócio. Então, essa taxa de juros alta não estimula o setor produtivo. Ela é ruim para o setor público e para o privado também.

GARRA - A crise política no Brasil pegou carona na crise econômica e apesar de as duas se relacionarem uma coisa não provocou a outra. Depende de Dilma mudar a situação do país?

TÂNIA - Dependeu muito de Dilma tomar algumas medidas. Quem está na Presidência é importante. Eu não diria que a política é irrelevante para a economia. Para mim, o que está predominando é a crise política porque ela está impedindo que se tomem medidas importantes no campo da economia. Ela é que trava a economia hoje.

GARRA - Então seria correto afirmar que o problema é Dilma?

TÂNIA - Ela tem uma parte da culpa.

GARRA - Qual foi essa parte?

TÂNIA - Ela fez um pacto com a Fiesp. Foi muito interessante porque eles pediam redução de IPI para investir. Ela achou que isso era uma coisa positiva, renunciou R\$ 100 bilhões de receita, com a receita já caindo, e o setor industrial não investiu como prometeu. E hoje politicamente a Fiesp é um dos grandes atores contra ela.

GARRA - O que a senhora acha da campanha da Fiesp, “Não vamos pagar o pato”?

TÂNIA - Não vai pagar. Já ganharam um bocadinho. A indústria brasileira vem sofrendo desde os anos 1990, também não foi Dilma. O problema da indústria brasileira é que ela não consegue competir com outras indústrias do mundo, principalmente com a China. Isso vem desde a década de 1990, quando passamos a ter taxas de câmbio que desfavorecem a indústria, que são ótimas para quem vai a Miami, mas são péssimas para quem produz no Brasil. Não foi Dilma, ela até ajudou a indústria. Ela renunciou receita pública para salvar a indústria. E não vai ser Dilma e nem o sucessor de Dilma que vai resolver isso rapidamente. ◀

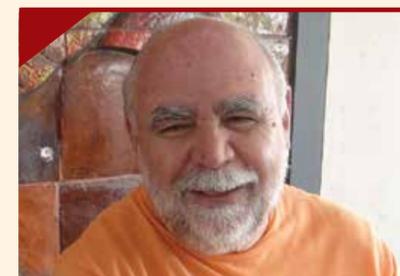
A democracia como um lamentável mal-entendido

Tive o imenso desprazer de ouvir, na Rádio Jornal, logo após a votação do impeachment na Câmara dos Deputados, quando aguardava para dar uma entrevista, duas figuras sinistras, dessas que são convidadas a fazer o trabalho sujo para os outros, enquanto se enxergam como grandes protagonistas da História: o neto-genro do coronel Chico Heráclito e genro do senador biônico Marcos Vinícius Vilaça, Mendonça Filho (DEM), e o menudo e político de primeira geração, deputado Bruno Araújo (PSDB), se regozijando pelo feito de ter ajudado a empurrar para frente o cortejo fúnebre da democracia brasileira.

É quando se produz a inversão típica de valores, onde a democracia parece um lamentável mal-entendido (Sérgio Buarque de Holanda). Como é que acusados, réus, beneficiados por propinas de grandes empresas se tornam – num passe de mágica – acusados? Estaríamos assistindo a um filme surrealista, onde, das profundezas do inferno, aparecessem figuras espectrais se arvorando em “anjos vingadores” com espadas apontadas para os infieis? Esse é o quadro dantesco da política brasileira.

A se consolidar essa imagem danada do Congresso Nacional - onde o diabo em forma de anjo ou cordeiro aparece com a promessa de redenção -, poderíamos votar uma lei geral (e não uma PEC pedindo eleições gerais) institucionizando a bandalheira no país! Quem em sã consciência pode levar a sério esse rito diabólico de inversão? 1) A mídia desregulamentada e monopolizada por algumas famílias? 2) A plutocracia da Fiesp interessada em pagar menos impostos e reduzir direitos trabalhistas? 3) As igrejas neopentecostais, com seus bispos e pastores travestidos de políticos, com a Bíblia numa das mãos e a bandeira do Brasil na outra? 4) O judiciário acovardado? 5) Ou um aparelho policial fora de controle?

Poderíamos usar a imagem de George Orwell: a mentira é a verdade, o roubo é a caridade, a injustiça é a justiça e assim por diante. A comunidade internacional ri do espetáculo mambembe de deputados fantasiados de papagaios, fazendo declamações de amor ao Brasil, à sua igreja, ao seu povo, enquanto passeiam impunes pelas listas de propinas das grandes empresas. Deputados “democratas” que enaltecem a Justiça, quando ela lhes convém, mas que ao mesmo tempo



“ Como é que acusados, réus, beneficiados por propinas de grandes empresas se tornam acusadores!?”

obstruem decisões dos tribunais superiores, quando não gostam ou não concordam com elas. O que fazer com essas criaturas grotescas que apareceram na telinha? Ensaçando o papel de “salvadores da Pátria”? – Acham que continuaram iludindo a boa-fé da nossa gente brasileira, apostando no apoio da mídia e no ativismo do senhor Gilmar Mendes? Ou nos almoços de filé mignon patrocinados pela Fiesp?

Em algum momento, vai ficar claro o descompasso entre o teatrinho dessa camarilha e os interesses do país, quando o impostor se sentar – impudicamente – na cadeira presidencial (sonhando em ser candidato em 2018). Quando começar o processo de rapina das riquezas nacionais, a destruição das políticas compensatórias, o ataque sistemático aos direitos dos trabalhadores e pensionistas, quando se abrir a carnificina interna entre os aproveitadores do botim. Vamos ver o que acontecerá com a alegria e a felicidade desses vendilhões da pátria, dos fariseus de todas as igrejas, dos sepulcros caídos da Igreja Sara Nossa Terra. Aí, o diabo em pessoa, e de cara lisa, vai aparecer para cobrar, com juros e correção monetária, a obra realizada pelos seus empregados.

A História se repete?

Em 1954, o Brasil passou por intensos conflitos. Antes de sair “da vida pública para entrar na história”, o presidente Getúlio Vargas aumentou o salário mínimo em 100%, contrariando interesses empresariais, que se mostravam descontentes também com a concessão de direitos trabalhistas e civis. O presidente foi alvo de inúmeras acusações por parte da oposição e da imprensa brasileira, que acusavam o governo de corrupção. O suicídio foi a saída honrosa ao cerco montado.

João Goulart também foi presidente em um período de conflitos. Seu governo concedia elevados aumentos salariais, prometia reforma urbana, voto de analfabetos, elegibilidade de todos brasileiros, reforma agrária, concessão de terras a trabalhadores rurais, lei de remessas de lucros, aplicação das leis trabalhistas no campo, justiça social e emancipação dos brasileiros. Acabou sofrendo um golpe civil-militar, em 31 de março de 1964. O discurso da época era que o Brasil não poderia se deixar dominar por um governo “comunista e corrupto”.

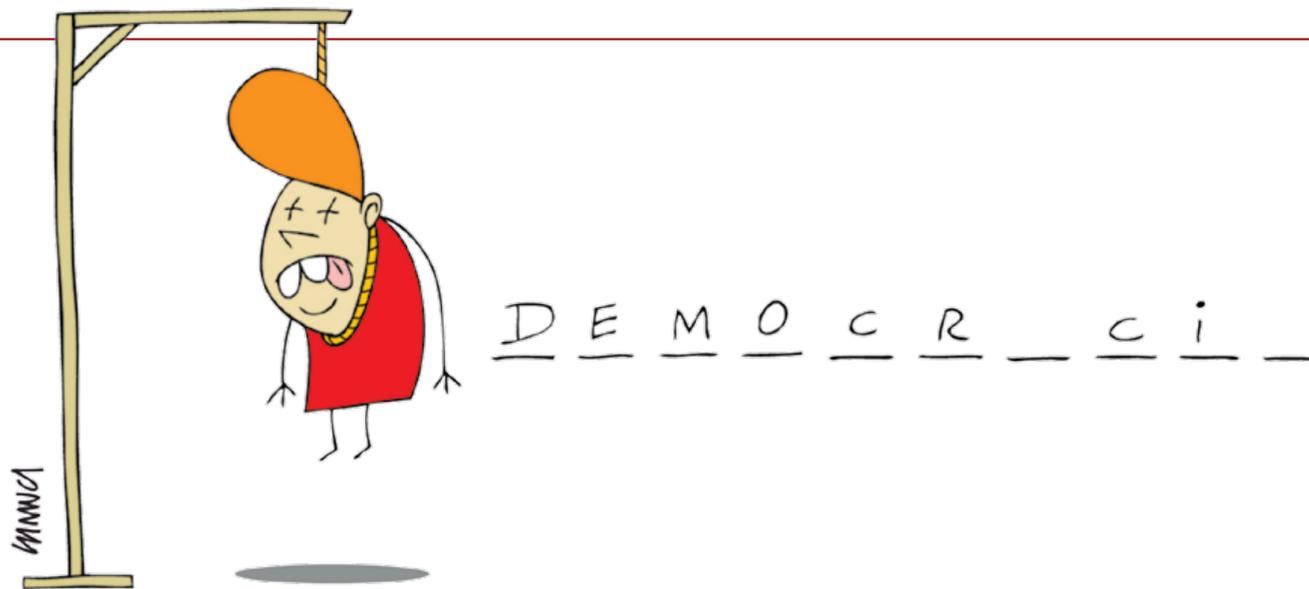
A insatisfação de 1954 e de 1964 é a mesma de 2016. A ascensão social e o aumento do poder aquisitivo das classes menos favorecidas, a valorização do salário mínimo, as políticas sociais implantadas pelo governo Dilma e Lula tornaram-se insuportáveis para uma elite acostumada a privilégios e exploração da classe trabalhadora. Por essa razão, tentam dar um novo golpe de Estado, dessa vez utilizando a arma do impeachment e sob o argumento de que Dilma teria cometido crime de responsabilidade, o que já está comprovado que não houve (ver matéria na página 12).

A similaridade com 1964 também se dá nos movimentos de rua. Naquele ano, a direita conseguiu colocar um número expressivo de brasileiros nas ruas, com as cores verde e amarela, sob o discurso nacionalista, pela família e em nome de Deus, como acontece atualmente. “Em 1964, o Brasil passava por uma crise econômica violenta, com uma inflação muito alta. Incontrolável e incomparável ao que ocorre hoje. Mas as acusações eram as mesmas de hoje: falavam em corrupção, inflação e que a política social do governo iria quebrar as empresas nacionais. Os latifundiários ficaram enlouquecidos porque tinham que pagar direitos trabalhistas. Isso foi o suficiente para ter uma grande grita no Brasil”, relatou a professora de História da UFPE e integrante da Comissão da Verdade de Pernambuco, Socorro Ferraz.

INTERNACIONAL

Também há informações de que existe um processo de reorganização e presença crescente da direita, sob novas formas de atuação, a partir dos Estados Unidos, que avança em seu posicionamento nos países da América Latina. São governos que colocaram em prática políticas de fortalecimento do mercado interno, valorização de seu mercado de consumo e ascensão social. Parte daqueles que organizam ações contra o governo Dilma é financiada por recursos estrangeiros e recebe formação fora do Brasil. Essa reorganização da direita tem impactos na economia e na política.

“O governo atual passou a se relacionar economicamente com a Rússia, Índia, China e África do Sul, através dos Brics. E isso tudo é uma afronta contra a hegemonia norte-americana. Uma aliança horizontal que vai



dar lugar, se houver o impeachment, a uma aliança vertical com os Estados Unidos. Além disso, tem o Pré-Sal que é de grande interesse dos empresários americanos”, destacou Socorro Ferraz.

Assim como a historiadora, a economista Tânia Bacelar também lembra o contexto econômico do Brasil em 1964 e sua similaridade com 2016. “Na época do golpe militar estávamos num debate mundial, que vinha da Era Vargas, favorável à industrialização mais lenta, porém mais nacional. O golpe chancelou isso. A indústria avançou, mais de uma maneira mais subordinada, com mais multinacionais, menos inovação, menos gastos em ciências e tecnologia. Esse debate continua hoje. A gente vai abrir mais ou segurar mais? O pré-sal é um embate importante, que não existia em 64. Quem vai explorar o pré-sal? O modelo que vem do governo Lula, que valoriza a Petrobras, uma exploração voltada ao mercado nacional?”, questiona Tânia citando o projeto do senador José Serra (PSDB) de mudar o regime de exploração e permitir uma presença mais forte das grandes petrolíferas mundiais.

Segundo a economista, o proposta de Serra “é de mais internacionalização, submissão”, assim como acontecia na economia no decurso do golpe de 1964. “É um debate semelhante, mas em outro momento, com foco em outra atividade. E o desfecho dessa crise política é que vai dizer o que vai prevalecer. Se a gente entrega o pré-sal a grandes petrolíferas internacionais, que hoje não tem reserva, será bom para elas, que vão explorar mais rápido, talvez até ajude a dinamizar a economia. Esse vai ser um argumento utilizado. Mas, parte da riqueza vai vazar”, explicou Tânia.

REAÇÃO

Apesar desse cenário, Socorro Ferraz acredita nas manifestações de rua que tomam conta de todo o Brasil contra o golpe. Para ela, uma parcela importante da população está acordando para o perigo de se deixar governar pela direita. Na sua opinião, a sociedade está perplexa diante da movimentação para se tirar do poder uma presidente eleita constitucionalmente e deixar em seu lugar o vice-presidente Michel Temer, que conspira a favor do golpe.

“Eles não pretendem ampliar os programas sociais, porque não existe nenhuma representação dos trabalhadores nesse grupo. O Paulinho da Força Sindical não representa o trabalhador. Ronaldo Caiado, que é latifúndio, está cotado para a Agricultura”, salientou a historiadora, acrescentando que, caso Michel Temer assuma o governo, haverá uma grande recessão no Brasil. “Vamos passar por um arrocho econômico muito grande e a maior pressão será em cima dos trabalhadores. O ajuste econômico que Dilma propôs e o Congresso rejeitou será feito de uma forma muito mais agressiva”, concluiu.



SOCORRO FERRAZ Em 1964, as acusações eram as mesmas de hoje



342º VOTO Bruno Araújo recebeu R\$ 130 mil em doações da Odebrecht

“Por minha família, meus filhos, minha esposa, por Deus”

A hipocrisia tomou conta da Câmara dos Deputados no dia 17 de abril, durante a votação do impeachment. A grande maioria dos parlamentares não fez referência ao relatório do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), o qual acusa a presidenta de ter cometido crime de responsabilidade. Ao contrário, dedicou seu voto a familiares, a Deus, aos militares, e até a um dos maiores torturadores brasileiros, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, homenageado por Jair Bolsonaro.

Dos 367 deputados que votaram pelo sim do impeachment, muitos estão sendo acusados de terem recebido dinheiro de empresários ligados à Fiesp, os quais vêm fazendo campanha contra o governo para que a direita retorne ao poder e aprove projetos como a terceirização, fim do reajuste do salário mínimo acima da inflação, fim do 13º salário, entre outros. O ministro da Justiça, Eugênio Aragão, determinou à Polícia Federal que investigue se houve compra de votos.

“O pior de tudo é que não existe crime de responsabilidade e não houve nenhum tipo de apropriação de recursos. O governo apenas solicitou que bancos públicos pagassem as despesas com programas sociais por não ter como pagar naquele exato momento. Mas, logo em seguida, repassou para os bancos o que devia. É como se você tivesse uma conta de condomínio e uma de luz para pagar e só tivesse dinheiro para pagar uma delas. Aí você paga a do condomínio com o seu dinheiro e a da luz com o cheque especial. Desde que você reponha o dinheiro ao banco, não tem nenhum problema”, comentou a juíza do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Adrienne Ribeiro.

A votação do dia 17 foi um misto de comédia e filme de terror. Além de dedicar o voto a parentes, muitos legisladores investigados por corrupção foram à tribuna votar contra Dilma “pelo fim da corrupção”. A deputada Raquel Muniz (PSB-MG) dedicou seu voto a seu marido, Ruy Adriano Borges Muniz (PSB), prefeito de Montes Claros (MG). Na manhã seguinte, o prefeito foi preso pela Polícia Federal por prática de atos ilícitos. A deputada Cristiane Brasil também votou sim. Um dia depois, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ordenou o leilão de todos os bens do diretório regional do PTB, em nome do seu pai, o ex-deputado Roberto Jefferson, e dela própria, em virtude de uma dívida com a Now Produções, contraída em esquema de caixa dois nas eleições de 2004.

Três dias depois da votação, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás condenou o deputado Jovair Arantes ao pagamento de multa de R\$ 25 mil pelo uso dos serviços de funcionário público em seu comitê de campanha eleitoral de 2014. O deputado também votou sim ao afastamento de Dilma. Coube ao pernambucano Bruno Araújo (PSDB) o 342º voto sim, número necessário para aprovar o pedido de impeachment. O deputado fez cena, ensaiou choro, mas recebeu R\$ 130 mil em doações de campanha da Construtora Norberto Odebrecht e mais R\$ 80 mil da Queiroz Galvão. Em 2010, as fontes do deputado eram as indústrias farmacêuticas, de quem Araújo foi acusado de ser lobista pela revista IstoÉ. Araújo teve o apoio de cinco laboratórios, num total de R\$ 405 mil, cada uma delas doando três parcelas de R\$ 27 mil.

Na madrugada do dia 12 de maio, os senadores seguiram a mesma linha da Câmara e aprovaram o impeachment da presidenta Dilma, que ficará afastada por 180 dias até a votação final. ◀



A lista da Odebrecht no reino da hipocrisia

A teatralidade, quase um ritual sagrado, que ocorreu na Câmara e no Senado - quanto deputados e senadores votaram sim para "combater a corrupção" -, não condizem com a planilha e as tabelas divulgadas no final de março, depois de uma ação da Polícia Federal de busca na residência de Benedicto Barbosa Silva Junior, presidente da Odebrecht Infraestrutura. Pelo menos 279 nomes de políticos de todo Brasil, de 24 partidos diferentes, foram apontados como pessoas que receberam doação da empresa.

Nos documentos, os nomes dos principais líderes da oposição como Aécio Neves, José Serra, Eduardo Cunha, Geraldo Alckmin, Cássio Cunha Lima, Roberto Freire, Mendonça Filho, Bruno Araújo, Jarbas Vasconcelos Filho, Paulinho da Força, entre outros. Também na lista, nomes de membros do PSB de Pernambuco, como o prefeito Geraldo Júlio.

Além de deputados federais e senadores, 48 prefeitos, 33 vereadores e 23 deputados estaduais, fora uma infinidade de ex-governadores, dirigentes partidários e candidatos nas eleições disputadas no Brasil desde 2012. No entanto, o juiz Sérgio Moro decretou sigilo sobre o documento e disse que não seria interessante obter a delação premiada dos empresários da Odebrecht e investigar o caso envolvendo partidos como o PMDB, PSDB, PP, PSB, DEM, PDT, PSD, PC do B, PPS, PV, PR, PRB, SD, PSC, PTB, PTN, PT do B, PSOL, PPL, PTB, PRP, PCB, PTC e PT. A decisão foi oposta quando as denúncias envolveram apenas o PT e partidos governistas.

O juiz alega ter tomado a decisão de poupar os líderes da oposição sob o argumento de que não tem como determinar se os pagamentos na lista de contabilidade paralela da Odebrecht são ilegais ou não, embora nesta famosa relação recusada por Moro exista ainda denúncia de repasse de R\$ 15 milhões ao "Mineirinho" - atribuiu-se ser Aécio Neves -, durante a campanha presidencial. ◀◀



Os pernambucanos da lista da Odebrecht

Geraldo Julio (PSB), prefeito do Recife
Mendonça Filho (DEM), deputado federal
Bruno Araújo (PSDB), deputado federal
Daniel Coelho (PSDB), deputado federal
Jarbas Vasconcelos Filho (PMDB), filho do deputado federal Jarbas Vasconcelos
Eduardo Campos (PSB), ex-governador de Pernambuco, falecido de 2014
Fernando Bezerra Coelho (PSB), senador
Raul Jungman (PPS), deputado federal
Elias Gomes (PSDB), prefeito de Jaboatão dos Guararapes
Armando Monteiro Neto (PTB), ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Humberto Costa (PT), senador da República
Pedro Eugenio (PT), ex-deputado federal, falecido
Ettore Labanca (PSB), presidente da Agência Reguladora de Pernambuco (Arpe)
Severino Branquinho (PSB), prefeito de Bezerros
Vado da Farmácia (sem partido), prefeito do Cabo de Santo Agostinho
Betinho Gomes (PSDB), deputado federal



A partidarização da Lava Jato

Ninguém ouve mais falar da famosa Operação Lava Jato, que se dizia ter por missão acabar com um forte esquema de corrupção no Brasil. Bastou o golpe ser consolidado para que toda aquela pirotecnia bancada pelo juiz Sérgio Moro fosse estancada. Fica claro que as manobras ilegais com prisões coercitivas e baseadas em delações premiadas sem provas tinham como objetivo criminalizar o PT e demais partidos de esquerda. Com o apoio dos grandes meios de comunicação brasileiros, do Ministério Público (MP) e do Supremo Tribunal Federal (STF), a atuação da Lava Jato se resumiu praticamente em investigar doações de campanhas e denúncias ligadas aos partidos governistas, promovendo vazamentos seletivos, enquanto integrantes dos partidos de oposição foram e continuam sendo poupados.

Em sua última edição de abril, a revista Carta Capital divulgou com exclusividade denúncias a respeito da ligação entre delegados da operação que investiga o esquema de corrupção na Petrobras e a contadora Meire Poza, que trabalhava para o doleiro e delator da operação, Alberto Youssef. Quase 200 páginas de documentos e duas dezenas de e-mails revelam que Poza agiu como uma espécie de agente infiltrada durante um longo período e a força-tarefa empregou métodos ilegais nas investigações.

Buscas e apreensões teriam sido forjadas, políticos com mandato viraram alvo da operação sem a autorização do STF, provas teriam sido obtidas de forma ilegal e documentos foram vazados ilegalmente para a grande mídia, principalmente para as organizações Globo e Veja. E segundo indicam a interceptação de mensagens entre Poza e um delegado da operação, com o conhecimento do Ministério Público.

"A Lei diz que tudo o que advém de um ato ilegal é nulo. Nulo no seu nascedouro. Eles investigam os recursos doados por empresas para as campanhas apenas do PT e partidos governistas e concluem que foram ilegais. E os outros? Nem investigam. E todo mundo sabe que é de praxe que as empresas contribuam com a campanha de todos os partidos brasileiros, como o PSDB, PSB, PPS, DEM e o PMDB", criticou o secretário geral do Sindsep-PE, José Car-

los Oliveira (foto).

Os delegados federais da operação usaram as redes sociais durante a última campanha eleitoral para elogiar o senador Aécio Neves, candidato do PSDB ao Planalto, e atacar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua sucessora, Dilma Rousseff, que disputava a reeleição. O próprio Sérgio Moro e sua família são ligados ao PSDB. O pai do juiz foi um dos fundadores do partido em Maringá, no Paraná. Além disso, a esposa de Moro, a senhora Rosângela Wolff de Quadros Moro, presta assessoria jurídica ao governo do Paraná, que é do PSDB, e o seu escritório tem entre seus clientes a Shell, petrolífera estrangeira concorrente da Petrobras.

A atuação de Sérgio Moro, em uma perseguição implacável ao PT e a seus líderes, não se mostrou tão eficaz quando denúncias envolveram a oposição depois da divulgação da lista da Odebrecht (ver matéria na página 10). Isso mostra que, desde o princípio, o objetivo da Lava Jato era desestabilizar o governo Dilma e prender as principais lideranças do PT, sobretudo o líder maior, o ex-presidente Lula. E isso ficou muito claro quando a operação começou a realizar prisões de políticos e empresários ligados ao PT e partidos aliados nas vésperas das manifestações pró-golpe. Ficou ainda mais claro com a condução coercitiva do ex-presidente Lula e com o vazamento de diálogos entre Lula e Dilma e Lula e seus advogados para a TV Globo. ◀◀





1



2



7



8

Pernambucanos honram legado de luta e resistência

PERNAMBUCO TEM UM HISTÓRICO DE LUTA E RESISTÊNCIA E ESTÁ HONRANDO ESSE LEGADO MAIS UMA VEZ. NESSE MOMENTO TUMULTUADO QUE O BRASIL VIVE, COM UMA PRESIDENTA ELEITA DEMOCRATICAMENTE SOFRENDO UM PROCESSO DE IMPEACHMENT POR UM CRIME QUE NÃO COMETEU, O ESTADO DESPONTA COMO UMA DAS MAIORES FRENTE DE RESISTÊNCIA DO PAÍS. ESTÃO SENDO REALIZADAS VÁRIAS MOBILIZAÇÕES CONTRA ESSA TENTATIVA DE GOLPE. NO DIA DA VOTAÇÃO DA ADMISSIBILIDADE DO IMPEACHMENT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 17 DE ABRIL, FOI REALIZADA UMA PASSEATA DO DERBY ATÉ O MARCO ZERO. NO DIA DO TRABALHADOR, NOVAMENTE O POVO FOI ÀS RUAS CONTRA O GOLPE, REPETINDO O MESMO TRAJETO DA MOBILIZAÇÃO ANTERIOR. NO DIA 10 DE MAIO, OS MOVIMENTOS SOCIAIS FORAM ÀS RUAS MAIS UMA VEZ DEFENDER A DEMOCRACIA. ANTES DESSAS TRÊS GRANDES ATIVIDADES, INTEGRANTES DE ENTIDADES, FÓRUMS E MOVIMENTOS SOCIAIS ACAMPARAM NA PRAÇA DO DERBY E REALIZARAM UMA SÉRIE DE ATIVIDADES POLÍTICAS E SOCIAIS. A DIREÇÃO DO SINDSEP-PE, JUNTAMENTE COM SERVIDORES ATIVOS E APOSENTADO, PARTICIPOU DESSAS MANIFESTAÇÕES, INCLUSIVE DAS QUE OCORRERAM NO INTERIOR. CONFIRA UM RESUMO DO QUE ACONTECEU NAS PÁGINAS 14, 15 E 16.



3



4



5



6

Trabalhadores mostram força e 1º de Maio é um sucesso

As chuvas foram fortes, mas a resistência e vontade de lutar foram maiores e o 1º de Maio em Recife, que tinha tudo para ser um fiasco, foi um sucesso. Ao ritmo de palavras de ordem como “Não vai ter golpe”, os manifestantes saíram da concentração, na praça do Derby (1), e seguiram pela avenida Conde da Boa Vista (2).

Ao longo do trajeto até o Marco Zero (3), líderes de sindicatos e movimentos sociais e estudantes mandaram o recado em cima do trio elétrico. A coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, fez uso da palavra e reforçou a necessidade de os trabalhadores estarem unidos e mobilizados neste momento político. “Estamos vivendo quase um estado de exceção no Brasil. Não se respeita mais a democracia. As forças conservadoras querem a todo custo tomar o poder. O mais prejudicados seremos nós, trabalhadores”, disparou a sindicalista.

Na semana que antecedeu o 1º de Maio, fóruns e entidades dos movimentos sociais montaram um acampamento na praça do Derby (4). Lá, foi realizada uma série de atividades. A diretora do Sindsep, Lindinere Ferreira, participou da organização do Comitê da Saúde. No dia 28 de abril, à tarde, houve debate sobre políticas públicas para a população LGBT (5) e, no dia seguinte, debate sobre saúde do trabalhador (6).



9



10

Multidão vai às ruas protestar no dia da votação do impeachment na Câmara

No dia em que estava marcada a votação da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, 17 de abril, foi realizado um ato público no Recife contra o golpe. Antes, aconteceu uma marcha da praça do Derby até o Marco Zero, onde foi instalado um telão para transmissão da votação. Mesmo sabendo do cenário desfavorável, os pernambucanos foram às ruas e honraram o legado de resistência e luta.

O trajeto foi longo, mas o grupo se manteve unido e resistente até o fim, com um Recife Antigo lotado (7). Cada voto contra o impeachment era comemorado, mas cada sim, era visto com apreensão e tristeza (8). A população também aproveitou aquele dia para fazer denúncia contra uma mídia golpista (9) existente no Brasil, que tenta a todo custo desqualificar uma presidente honesta e foi, sem dúvida, um dos mentores do golpe.

Como boa parte dos brasileiros tem memória volátil, grupos que defendem os direitos humanos foram às ruas lembrar o golpe de 64 e as atrocidades cometidas pela ditadura militar. Cada cartaz representava uma vítima, da qual a família não pode se despedir nem enterrar o corpo (10). «

Mais um dia de mobilização contra o atraso

No dia 10 de maio, os movimentos sociais realizaram o Dia Nacional de Luta contra o Golpe, promovendo uma série de ações em todo Brasil, no sentido de chamar atenção da população quanto ao risco de um retrocesso democrático. Foram paralisadas atividades em fábricas, indústrias, escolas, universidades, transportes e serviços públicos. Em Pernambuco, logo pela manhã, o MST promoveu o fechamento da BR 101 Sul e Norte e da 232. Os metroviários também cruzaram os braços.

À tarde, representantes de segmentos sociais e diferentes categorias profissionais se reuniram, na Praça do Derby, local do acampamento popular permanente, montado desde o início de maio em defesa da democracia. Na ocasião, foi realizado um ato político-cultural (11).

“É muito importante que toda sociedade se mobilize contra esse absurdo que retira de nós o pilar fundamental da democracia, que é a soberania da população brasileira exercida através do ato de votar”, destacou a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, que participou do ato no Derby, ao lado de outros diretores da entidade.

Os servidores públicos também realizaram mobilizações em seus locais de trabalho. Os trabalhadores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) realizaram um ato público (12) em frente à sede do órgão, localizada na avenida Agamenon Magalhães, das 8h às 10h. O objetivo foi chamar atenção dos servidores e da população para a necessidade da preservação da democracia.

A paralisação também teve como intuito pressionar a Câmara dos Deputados a indicar um relator para o projeto de reajuste salarial dos servidores federais, que está para ser votado na Casa. Pelo acordo firmado com o governo desde o ano passado, está previsto um reajuste de 5,5% em agosto próximo e 5% em janeiro de 2017. Os servidores da SRTE defen-



deram ainda o acordo em torno da unificação da gratificação dos aposentados. A paridade é uma luta antiga dos sindicatos, da Condsef e da CUT, mas até o momento o Projeto de Lei do acordo de 2015 que prevê a unificação ainda não tem nem relator.

“Independente do governo que estiver no comando do Brasil, o servidor público não irá recuar. Se for para perdermos direitos, o serviço público irá parar. Estamos dispostos a fazer greve em defesa dos nossos direitos e do direito da população de ter um serviço público de qualidade”, destacou o diretor do Sindsep, Sérgio Goiana.

CONAB

Os trabalhadores da Conab também realizaram uma paralisação na manhã do dia 10. Além de defenderem a democracia e dizerem não ao golpe, eles se uniram em defesa da própria Conab. É que a Companhia está em risco de ser transformada em agência, o que pode resultar em demissões e suspensão de benefícios. Apesar da ameaça contra a Conab partir do governo Dilma Rousseff, os servidores resolveram se unir contra o golpe.

“Já conhecemos o projeto do PMDB de Michel Temer. O *Ponte para o Futuro* prevê a privatização e extinção de serviços públicos. Com Dilma, tínhamos pelo menos uma chance de negociar. Com o PMDB e PSDB juntos, voltaremos à Era FHC, quando o servidor público passou oito anos sem aumento, os órgãos públicos foram sucateados e nossos aposentados chamados de vagabundos”, sentenciou o diretor do Sindsep e servidor da Conab, Sérgio Viana. ◀

Conjuntura nacional em debate na Mata Sul

PERIGO
Os palestrantes denunciaram o retrocesso que o país passará, caso Michel Temer assumira a Presidência.



A crise política foi tema de um debate que o Sindsep-PE promoveu, no dia 27 de abril, no município de Palmares. A atividade foi uma parceira com o Sindicato dos Professores de Pernambuco (Sintepe) e o Sindicato dos Servidores Municipais de Palmares (Sinsempal), e teve como palestrantes o cientista político e professor da UFPE, Michel Zaidan, que dividiu a mesa com a coordenadora geral do Sindsep, Graça Oliveira, com o diretor do Sindicato dos Professores da Rede Privada (Sinpro), Helmlton Beserra, historiador, e com o professor da UPE, Clóvis Míash.

O evento, que aconteceu no Cineteatro Apolo de Palmares, reuniu quase 200 pessoas, entre servidores públicos, professores, estudantes e lideranças políticas e sindicais da Mata Sul. O centro do debate girou em torno do golpe que o Congresso Nacional está dando na democracia, ao tentar depor a presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente por mais de 54 milhões de brasileiros. Para Zaidan, caso o impeachment seja consolidado, o Brasil sofrerá um retrocesso sem precedentes.

“Havendo a ruptura constitucional, tudo pode acontecer. As garantias e avanços envolvendo mulheres, negros, o movimento LGBT, as minorias, estão ameaçados. Não é à toa que esse movimento pelo golpe é contra uma mulher. Isso é muito simbólico. O que está por trás de tudo isso é a religião, os neopentecostais, o que há de mais atrasado. O ataque às garantias será ilimitado, assim como serão ilimitadas as concessões aos empresários e a multinacionais para fazerem a rapina nas estatais. É o fim de direitos trabalhistas e o fim de impostos para empresários. Por trás há interesses antinacionais e antirrepublicanos”, previu o cientista político.

REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

Em sua fala, Graça Oliveira citou a mídia internacional que, mesmo com um viés conservador, está denunciando o golpe no Brasil. Ela também chamou atenção para as privatizações que vão ocorrer, caso Michel Temer assumira a Presidência da República. Para ela, o primeiro alvo será a Petrobras. “Vão completar o que não conseguimos terminar na década de 1990, quando estavam num processo acelerado de privatização. Primeiro a Petrobras, depois Banco do Brasil, BNDES, e por aí vai...”, disparou Graça. Helmlton Beserra convocou a plateia a não desanimar e resistir. Para ele, é preciso ter estratégia de luta a curto, médio e longo prazo.

Após a exposição dos palestrantes, os presentes participaram de um debate, quando a maioria criticou como o brasileiro vem votando a cada eleição, escolhendo políticos que não representam os interesses da classe trabalhadora e sim de uma elite dominante. A diretora de base do Sindsep, Carmem Campos, classificou como positivo o evento. “Foi um momento único para Palmares, em que tivemos a chance de assistir a palestras de alto nível, onde foi mostrado de forma muito didática a crise política que enfrentamos e o golpe do qual o país está sendo vítima”, avaliou.

NEP debate crise e eleições 2016

Na noite do dia 27 de abril, o Sindsep sediou mais um encontro do Núcleo de Estudos – Política, Economia e Sindicalismo (NEP), dando início, a uma série de debates que tem como tema *A esquerda, a conjuntura e as eleições de 2016*. O debate contou com as palestras do ex-deputado federal, professor da UFPE e presidente da Fundaj, Paulo Rubem Santiago, e do cientista político e professor aposentado da UFRPE, Délio Mendes.

Paulo Rubem fez uma análise sobre o capitalismo, destacando haver uma agressiva acumulação do capital, que, embora presente na esfera produtiva, se distanciou dela e se agigantou na reprodução financeira, com transações em moedas, títulos públicos e ações privadas. Ele lembrou que esse modo de acumulação subtrai da esfera produtiva e das receitas públicas uma imensa massa de valores.

“Os recursos públicos deixam de ser aplicados em direitos sociais e infraestrutura para pagar a conta da dívida pública e seus encargos. Nesse desenho improdutivo e contrário ao desenvolvimento, o Estado foi aprisionado pelo capital”, destacou Paulo Rubem. Sobre a campanha eleitoral, o ex-deputado disse acreditar que a direita, apoiada pelos grandes meios de comunicação, continuará tentando colocar a pecha de corrupção nos candidatos de esquerda.

Para o professor Délio Mendes, o século 20 foi marcado pela substituição do liberalismo econômico pelo neoliberalismo. O momento em que sai de cena a luta de classes e assume o seu lugar a luta entre os indivíduos. “Um processo que exacerbou o egoísmo e colocou todos em pé de guerra, dificultando a união em torno da luta de classes e da busca de um bem comum”, afirmou. O cientista político fez um resgate da história do Brasil, lembrando do suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas, fato que adiou por dez anos o golpe militar. Ele lembrou que, quando os militares assumiram o poder, tiveram como objetivo inicial destruir as organizações sociais que lutavam por melhores condições de vida para o trabalhador. ◀



Mulher e mídia: uma pauta desigual?

Para muitos/as pesquisadores/as, os veículos de comunicação fixam estereótipos geradores de preconceitos e discriminação, produzindo e reproduzindo valores e hábitos consoantes formações ideológicas sexistas. A mídia reforça um modelo de superwoman, isto é, da mulher que está inserida no mercado de trabalho, que cuida dos filhos, do marido e da casa e ainda está sempre arrumada, reforçando modelos de beleza calçados na feminilidade e na juventude.

Para a coordenadora do Observatório da Mulher2, Rachel Moreno, “a mídia comanda, sem mandar. Mandam a mulher ser bela, ser magra, ser boba, ser mãe, ser invejosa, competir com as outras, manda correr em busca da felicidade perfeita que virá a partir da compra de produtos e valores, da exibição de marcas e etiquetas que nos identifiquem e qualifiquem. Sem tom de mando, a mídia evita a resistência e a rebelião” (MORENO, 2009, p. 13).

Como exemplo do que foi elencado por Rachel Moreno, podemos citar a reportagem da revista Veja, publicada em 18/04/16, intitulada Bela, recatada e “do lar”. A matéria, assinada pela jornalista Juliana Linhares, apresenta um perfil da vice-primeira-dama do Brasil, Marcela Temer, descrita como uma mulher “43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice” (LINHARES, 2016).

A veiculação do texto pode ser concebida

“Para Raquel Moreno, ‘a mídia comanda, sem mandar. Sem tom de mando, a mídia evita a resistência e a rebelião’”

ção do que considera como positivo para o modelo “ideal” de esposa para um político. Uma receita que explicita o patriarcado, mas não questiona as razões que justificam a sujeição ao lar como único destino para uma parcela das mulheres brasileiras.

Não seria exagero dizer que a mídia detém grande poder de sedução e influência sobre a sociedade justamente por fazer a mediação entre a esfera pública e a privada. Ou melhor, por sua capacidade de reproduzir, para um grande número de pessoas, algum fato social. Tal postulação fica evidente quando percebemos que o texto “Bela, recatada e ‘do lar’” tornou-se um dos assuntos mais comentados nas redes sociais e provocou a reação dos/as internautas, que rechaçaram a exposição do modelo de mulher estampado nas páginas do semanário, e utilizaram postagens com a hashtag #belarecatadaedolar e a paródia #belaescrachadaedobar.

A revista talvez não contasse com a capacidade de mobilização de diversos/as leitores/as que acessaram as redes sociais para problematizar o papel da mídia no Brasil e visibilizar perfis de mulheres que puderam fazer outras escolhas, aquelas que subverteram a ordem comandada pelos desvalores que imputam sérias restrições ao público feminino. Mulheres que não se enquadram no que o veículo expõe como o “padrão de feminino”, tão necessário para a conformação da ficcional e cada vez mais encenada “tradicional família brasileira”.

como exacerbação de uma “fórmula para o sucesso”, ou mesmo a exaltação de um aspecto da condição feminina que naturaliza a subalternidade até com certo glamour, uma vez que expõe faces do cotidiano da mulher de um dos políticos mais influentes no Brasil. Contudo, a matéria deixa de explicitamente problematizar tal naturalização, o que poderia ter oferecido, aos seus/suas leitores/as, um cardápio eclético acerca do significado do que pode vir a “ser mulher” em nossa sociedade.

Ao longo de cinco parágrafos, o texto evidencia as qualidades de personagem, ao exercer seu papel de mãe e esposa dedicada, reforçando estereótipos da maternidade plena e da beleza feminina. Desse modo, a revista aposta, mesmo que de modo subliminar, na exacerba-

PELO MUNDO

Violência urbana no mundo

No final de abril, foi divulgado o estudo Justiça Possível, da ONG Segurança, Justiça e Paz (SJP), do México, que traz a relação das 50 cidades mais violentas do mundo em 2015, das quais 41 estão na América Latina. Entre as dez primeiras, nove ficam na região. Caracas, na Venezuela, foi a mais violenta, com 3.946 assassinatos só no ano passado. Depois vem San Pedro Sula (Honduras), seguida de San Salvador (El Salvador) e Acapulco (México). Na Venezuela reaparecem as cidades de Maturín e Valência. Entre elas, no sexto lugar, ficou o Distrito Central das Honduras. Fechando a América Latina, a oitava colocada foi Palmira e a décima Cali, ambas na Colômbia. A Cidade do Cabo, na África do Sul, foi a nona mais violenta, e é a única entre as dez primeira que não está na América Latina.



O atraso na Argentina

Esse ano, o 1º de Maio na Argentina teve um caráter diferenciado. Foi o primeiro Dia do Trabalhador desde a vitória do presidente Mauricio Macri, responsável pela retirada de direitos da classe trabalhadora. Três centrais sindicais deixaram as divergências de lado e promoveram, no dia 29 de abril, um grande ato unificado contra as demissões em massa e as políticas de ajuste implantadas pelo governo argentino, que prejudicaram os trabalhadores.